



REVISÃO PONTUAL DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA

A Bancada da RENAMO na Assembleia da República propôs a Revisão pontual da Constituição da República, bem como a proposta de criação de uma Comissão de Inquérito Parlamentar para investigar a empresa EMATUM. Este assunto foi referido no discurso de abertura da II Sessão da VIII Legislatura do mais alto órgão legislativo de Moçambique, proferido pela Chefe de Bancada.

Transcrevemos na íntegra, as palavras de Ivone Soares:

Prezados Membros da Comissão Permanente, Senhores Deputados da Assembleia da República, Distintos Titulares e Representantes de Órgãos de Autoridades Administrativas, Civis, Académicas e Religiosas, Prezados Membros do Corpo Diplomático, Estimados Jornalistas, Minhas Senhoras e Meus Senhores, Excelências,

Inicia hoje, a II Sessão da VIII Legislatura do mais alto órgão legislativo de Moçambique, a Assembleia da República, onde constitucionalmente 250 Deputados representam todo o povo moçambicano, nos seus anseios e na fiscalização da gestão da coisa pública.

Para esta sessão parlamentar, a Bancada da RENAMO propôs a Revisão pontual da Constituição da República, bem como a proposta de criação de uma Comissão de Inquérito Parlamentar para investigar



a empresa EMATUM. Nós, Deputados da RENAMO, estamos disponíveis para debater estas e outras matérias arroladas para a presente sessão de modo que se salvguarde o interesse nacional que é a razão de ser da nossa presença nesta Magna Casa do Povo. Todavia, antes de prosseguirmos com esta nossa comunicação queremos saudar a todo povo moçambicano, pela sua paciência e resistência à tão má governação dos últimos 40 anos, caracterizada por desrespeito dos mais básicos Direitos Humanos como sejam saúde, educação, alimentação e habitação. Este povo sofrido resistiu e continua resistindo num ambiente de desemprego, discriminação com base na cor partidária e falta de equilibradas oportunidades socioeconómicas.

Saudamos o nosso Líder, grande lutador pela Democracia, que muitas vezes sacrificando-se encarna os mais altos anseios do povo moçambicano. Falamos de Sua Excelência Afonso Macacho Marceta Dhlakama, Presidente do Partido RENAMO, signatário dos acordos Geral de Paz, de 4 de Outubro de 1992, e de Cessação de Hostilidades Militares, de 5 de Setembro de 2014. Sem o bom senso e visão estratégica deste querido filho do povo, altamente ponderado, neste momento em que vos falamos, o país teria resvalado para uma violência com consequências incalculáveis.

Minhas Senhoras e Meus Senhores Nos termos do nº 1, do Artigo 2 da Constituição da República, a soberania reside no povo. E o Artigo 3 da nossa Lei *continua na pág 3*

ARTROSE DE UM GOVERNO

Antes de mais familiarizemo-nos com a palavra artrose.

A artrose também chamada de osteoartrite, é um processo crônico-degenerativo da articulação uma doença que ataca as articulações promovendo, principalmente, o desgaste da cartilagem que recobre as extremidades dos ossos, mas que também danifica outros componentes articulares como os ligamentos, a membrana sinovial e o líquido sinovial.

O comprometimento da cartilagem pode gerar dor, inchaço e limitação funcional. Apesar de poder danificar qualquer junta do corpo, a artrose afecta mais comumente as articulações das mãos, da coluna, joelhos e quadris.

A artrose piora progressivamente com o tempo, e não existe cura. Mas os tratamentos podem retardar a progressão da doença, aliviar a dor e melhorar a função de articular.

A má governação crónica do país pode-se comparar com a artrose, pois ela ataca principalmente as articulações do povo, promove a falta de esperança numa paz efectiva, também descredibiliza e danifica componentes bases de uma boa governação em um Estado de Direito Democrático, como por exemplo: liberdade de expressão, respeito da vontade popular, respeito da constituição, credibilidade dos órgãos de justiça, respeito pelos direitos humanos e mais.

A artrose de um governo compromete a maior parte da população que é de classe social baixa, uma vez que esta é incapaz de seguir os caprichos de uma oligarquia contemplada como uma depravação da aristocracia, onde o poder é exercido para o benefício de um grupo ou classe e não da população em geral.

As subidas constantes nos preços de produtos básicos, pode complicar a sobrevivência da classe social baixa daí que torna-se urgente

chamar atenção aos actores políticos e a sociedade civil para que acelerem esforços de modo a minimizarem a evolução desta patologia do governo e conseqüente destruição de uma pátria nova.

O acompanhamento profissional, sistemático, periódico com adequação de boas políticas de governação é elemento fundamental para a prevenção desta patologia cujo formato foi definido no terceiro congresso da Frelimo, que nessa altura assumiu a opção do Comunismo ateu de forma oficial.

É preciso chamar a consciência os sintomas da artrose do governo que agudizam a corrupção, tráfico de influencia e de drogas, branqueamento de capital e desejo ardente da guerra que a continuarem com esse caminho, que parece irreversível, poderão comprometer o desenvolvimento sustentável do país.

São cada vez mais veiculadas as informações dando conta de o governo estar a concentrar efectivos militares na zona centro e norte do país, com muito e moderno arsenal bélico para empurrarem a RENAMO para a guerra, com o objectivo de desgraçarem Moçambique. Mas uma pergunta não cala nas mentes dos Moçambicanos: porquê estará interessada a Frelimo com a guerra?

Parece que a afirmação do Presidente Dhlakama responde a esta apetência frelimista: “a Frelimo quer guerra para apagar os dossiers da grande corrupção. Querem fazer esquecer os grandes escândalos que assolam este país, por si promovidos.”

Numa clara demonstração de falta do patriotismo, não se importam de transformar o povo em carne para canhão desde que isso aumente as suas possibilidades de lucro fácil e ilegal. A causa deles é o dinheiro, o enriquecimento fácil, mesmo que abusando do poder que roubaram.

Ficha técnica

Director: Jeronimo Malagueta;

Editor: Gilberto Chirindza;

Redacção: Natercia Lopez;

Colaboradores: Chefes regionais de informação;

Maquetização: Sede Nacional da Renamo

Av. Ahmed Sekou Touré nº 657;

Email: boletimaperdiz@gmail.co.mz

Cells: 829659598, 844034113;

www.renamo.org.

Nº de Registo
07/GABINFO-DEC/2015



continuação da pág 1 fundamental estabelece que a República de Moçambique é um Estado de Direito, baseado no pluralismo de expressão, na organização política democrática, no respeito e garantia dos direitos e liberdades fundamentais do Homem.

Contra esses princípios consagrados na nossa Carta Magna, as instituições do Estado não têm servido ao povo moçambicano, senão a um punhado de cidadãos ligados a nomenclatura governamental. As Forças de Defesa e Segurança têm aceitado protagonizar ataques contra membros da oposição incluindo seus líderes como ficou provado nos recentes atentados bárbaros ocorridos nos dias 12 e 25 de Setembro de 2015 contra a comitiva do Presidente Dhlakama.

O Partido Frelimo, manipulando o Estado moçambicano, usa as Forças de Defesa e Segurança, à margem da sua missão constitucionalmente estabelecida, para hostilizar os seus opositores socorrendo-se para o efeito de tanques de assalto, blindados, metralhadoras, bazucas, AK47 e granadas de gás lacrimogénio.

O vergonhoso cerco à residência do Presidente da RENAMO na cidade da Beira no dia 09 de Outubro de 2015 testemunha o que acabamos de afirmar.

É momento de convidar os regressados de Nachingweia a deixarem de confundir a Luta de Libertação Nacional com a Democracia. O processo das Independências Africanas foi conjuntural, não podendo por isso este punhado de compatriotas arrogar-se a si a propriedade da Independência Nacional. Aliás, a Independência da República de Moçambique é fruto do sacrifício de todos os moçambicanos que cansados da humilhação colonial decidiram libertar-se das amarras do colonialismo, razão pela qual o 25 de Junho de 1975 foi, é e será sempre comemorado por todos os moçambicanos do Rovuma ao Maputo, do Zumbo ao Índico.

A Democracia moçambicana é fruto dos 16 anos da Luta heroica do povo moçambicano, liderado primeiramente por André Matade Matsangaissa, 1º Comandante-



em-chefe das forças gloriosas da RENAMO, cuja heroicidade recordamos no passado dia 17 de Outubro de 2015, portanto 36 anos após a sua morte em combate na Vila Paiva de Andrade, hoje Vila da Gorongosa. Essa luta foi continuada pelo Presidente Afonso Dhlakama que teve como corolário a assinatura do Acordo Geral de Paz, que entrou no ordenamento jurídico nacional através da Lei nº 13/92 de 14 de Outubro. Este instrumento legal não foi revogado e infelizmente também não foi cumprido integralmente razão de ser de várias discórdias entre os moçambicanos.

Os pronunciamentos públicos de certos dirigentes da Frelimo, segundo os quais, o Acordo Geral de Paz acabou surpreendem negativamente aos moçambicanos que perguntam:

- Querirá a Frelimo dizer que a Democracia aceite na mesa de negociações, em Roma, acabou?

É exactamente o incumprimento do Acordo de Paz que motiva a divergência entre nós e a Frelimo.

É também recorrente ouvi-los insinuando o desarmamento incondicional da RENAMO.

Se a Frelimo tivesse respeitado o Acordo Geral de Paz nos termos do nº 8 do Protocolo V, que diz (passo a citar) a RENAMO será responsável pela segurança pessoal imediata dos seus mais altos dirigentes. O Governo da República de Moçambique concederá estatuto policial aos elementos da RENAMO encarregados

de garantir aquela segurança, (fim de citação) hoje não estaríamos a falar deste assunto. Até aqui o Governo da Frelimo não cumpriu esta cláusula importantíssima.

Se, mais recentemente, o Governo da Frelimo tivesse implementado o Acordo de Cessação de Hostilidades Militares que prevê a reintegração e integração da força residual da RENAMO na Polícia e nas Forças de Defesa e Segurança de Moçambique com o fito de ter, no país, um exército republicano, hoje a questão do desarmamento estaria ultrapassada. E não estaríamos a regredir para um Estado totalitário.

É por isso que se questiona com que legitimidade o partido Frelimo, representado pelos membros da sua Comissão Política, exige o desarmamento incondicional sabido que ela própria está armada até aos dentes.

- Como é que um partido armado exige o desarmamento do seu opositor?

Afinal a intenção é clara, o cerco e a invasão militares de uma propriedade privada sem mandado judicial, configurando clara violação de um dos princípios mais elementares de um Estado de Direito, com o objectivo de assassinar o Presidente Afonso Dhlakama para aniquilar a sua acção política deixaram muito claro aos olhos de todos quem se apresenta hipocritamente com a boca cheia de palavras de paz, escondendo as mãos sujas de **continua na pág 4**

sangue por actos de guerra. É urgente inverter este estado de coisas.

Depois de simular vontade de conversar, garantir uma saída segura das matas de Gorongosa para a cidade da Beira, para sete horas depois verificar-se um cerco a residência do nosso Presidente os níveis de desconfiança atingiram o auge. Hoje, quem duvida que as forças armadas conjuntas mobilizadas para irem recuperar as três armas por elas perdidas aquando do segundo atentado ocorrido em Zimpinga protagonizado por uns homens armados caracterizados e outros sem farda, ostentando coletes militares estivessem a mando do Partido Frelimo? Ninguém!

O cenário gratuito pré-bélico montado na residência do Presidente Dhlakama foi a ponta do iceberg da cobardia e má-fé que a Frelimo poderia demonstrar. Não se tratou de um incidente casual.

Como deu a conhecer o Comandante Geral da Polícia, acções similares de ataque aos locais onde esteja estacionada a nossa segurança irão continuar enquanto os políticos não emitirem novas ordens a serem acatadas pelos militares. A pergunta que se coloca é: o que leva a Frelimo (que à luz do dia propala a paz) a simular boas intenções e atacar o seu adversário directo pelas costas?

Os dois atentados frustrados e muito cobardes contra a vida do Presidente Afonso Dhlakama, configurando clara violação do direito à vida consagrado no Artigo 40 da Constituição da República de Moçambique e protegido igualmente na Declaração Universal dos Direitos do Homem fizeram cair a máscara de cobardia.

Excelências,

«Quase todos os homens podem enfrentar adversidades. Mas se quisermos testar o carácter de alguém, é dar-lhe poder.»

Estas palavras do grande democrata e presidente norte-americano Abraham Lincoln vieram-nos à memória quando nos propusemos alinhar estas ideias sobre a grave crise que Moçambique atravessa e que

tanto aflige o nosso Povo.

Temos, neste mandato, um novo quadro parlamentar saído de eleições que todos sabemos não reflectiram a vontade dos cidadãos. Mais uma vez a Frelimo arrancou o poder e assumiu-o trazendo novas caras, mas os mesmos comportamentos de sempre.

É urgente fazer vingar os princípios de um verdadeiro Estado de Direito no lugar deste Estado de partido único para que haja entendimento.

Porque é que a alternância dos partidos no Governo, que é regra em todas as democracias do mundo, é uma impossibilidade em Moçambique apesar da Frelimo nunca ter ganho eleições?

A postura de confrontação que tem caracterizado a Frelimo depois de sucessivas fraudes eleitorais não ajuda a fazer o caminho da paz.

Excelências,

Para qualquer desarmamento só há um caminho: diálogo, negociação, entendimento. A violência gera violência.

Devemos interrogar-nos sobre as motivações que estão por detrás da postura agressiva de alguns dirigentes da Frelimo.

Porque quererão eles a guerra a qualquer custo?

Poderá haver muitas interpretações políticas para esta atitude, que passam pela rigidez ideológica, dificuldade de assimilação das regras da democracia e gananciosa defesa dos interesses materiais do punhado de famílias que beneficiam dos negócios do Estado e dos seus privilégios.

Está à vista de todos a desigualdade gritante de condições de vida entre a classe dirigente daquele partido e a esmagadora maioria dos moçambicanos.

Este é um facto histórico, que vem dos primeiros tempos de independência e da ditadura comunista que se seguiu, acentuado ainda mais quando o simulacro de Democracia abriu portas para a economia de mercado por eles sempre rejeitado depois de décadas de estagnação e retrocesso social.

Nestes 40 anos a Frelimo não usou o Poder para servir Moçambique.

Alguns dos seus dirigentes usaram Moçambique e as suas riquezas para

reforçar o Poder do partido, limitar os direitos da oposição, defraudar expectativas de desenvolvimento colectivo e viciar os resultados de sucessivos actos eleitorais. Isto é demonstração de postura democrática?

Perante uma oposição firme e determinada que nunca baixou os braços, a Frelimo assume agora uma postura belicista para ocultar a incompetência dos seus dirigentes que não conseguem atingir as metas governativas exigidas.

Atacam a RENAMO para distrair o país de modo a não serem analisadas as denúncias de rombos financeiros, a corrupção galopante, o elevado custo de vida, os baixos salários, o recrudescimento da criminalidade com destaque para crimes hediondos como assassinato da pessoa albina para fins obscuros, venda de órgãos humanos, raptos, sequestros seguidos de pedidos de resgate milionários, lançamento de recém-nascidos em lixeiras, a queda vertiginosa do metical o que revela que a economia está mal.

Enfim, uma confrontação com a RENAMO serviria de justificativa do governo da Frelimo para a sua incompetência governativa.

Felizmente, os cidadãos já perceberam quem está interessado em empurrar o país para um conflito político-militar.

É fácil, nas zonas rurais, verificar que lá vale a lei da selva, com comunidades espoliadas das suas terras para a prossecução de projectos empresariais que beneficiam alguns governantes e os seus familiares.

A credibilidade do Estado está no seu patamar mais baixo de sempre. E até os países doadores, tradicionalmente benévolos para com os dirigentes da Frelimo, já começam à procura de fórmulas para controlar melhor os dinheiros da cooperação, que até agora entregavam directamente ao orçamento do Estado.

Neste mar de desgraças e corrupção que a Frelimo conduziu Moçambique, as violações recorrentes dos Direitos Humanos são também um tema a não negligenciar. A cultura de prestação de contas na nossa opinião é fundamental e não está

enraizada. Por isso, no âmbito da nossa actividade parlamentar, julgamos que deverão ser realizadas sindicâncias e auditorias a todos os Ministérios e outras instituições públicas. Não há dúvidas de que teríamos revelações preocupantes e chocantes.

Excelências,

Importa realçar que entendimentos que põem termo a guerras e que devolvem a Paz não podem ter um ciclo de vida limitado. Para Moçambique, o Acordo Geral de Paz significou uma entrada irreversível do multipartidarismo que devia permitir a realização de eleições livres, justas e transparentes o que culminaria com a alternância governativa. Dizer que esse acordo acabou é deitar abaixo todas as conquistas havidas.

Acordos de Paz criam a esperança de melhoria da condição de vida do povo. Moçambique, estava expectante sobre o estabelecimento do Estado de Direito, das garantias e liberdades fundamentais e do funcionamento democrático das instituições numa clara demonstração de separação dos poderes. Até aqui carregamos apenas esse sonho.

Ouvindo os discursos governamentais fica-se com a sensação de que tudo vai bem no

nosso país. Se esses discursos oficiais reflectissem a realidade, Moçambique seria uma super potência na região, no continente e no mundo e a nossa moeda, o Metical, seria das moedas mais fortes. Mas porque a mentira tem perna curta, estamos na cauda do índice de desenvolvimento humano, o metical em franca derrapagem, o salário do povo não chega para nada, a Assembleia nem tem fundos para os deputados fiscalizarem a acção do executivo, os índices de pobreza incidem mais sobre as provinciais mais populosas, por sinal do centro e norte onde o povo escolhe Dhlakama e a RENAMO para governar.

Se Moçambique fosse o paraíso que os dígitos lançados pela Frelimo apontam, não andaríamos de mão estendida durante 23 anos de paz a pedir financiamento para quase todos os programas de governação, e ao mesmo tempo a acusar de ingerência e tentar intimidar os parceiros de cooperação quando exigem democracia efectiva, transparência, respeito pelo povo e suas escolhas.

Se Moçambique já fosse o paraíso, não veríamos pessoas nos my love, tantos desempregados, famílias sem tecto, sem dinheiro, sem saúde, sem direito de serem governadas por aqueles em quem votaram.

Seja como for, a esperança não pode morrer e é por isso que estamos aqui. Somos pela Paz, temos energia para fazer as mudanças de que o país precisa. Somos a RENAMO.

Somos representantes de muitos milhões de moçambicanos amantes da paz espalhados dentro e fora do país. Somos o maior partido de Moçambique, presente em todo e qualquer ponto do país. Somos um partido onde se entra voluntariamente e se trabalha para o bem do povo e não para alimentar interesses pessoais.

O partido RENAMO como todos sabem tem uma única liderança reconhecida e respeitada por todos. Não há alas militares ou políticas. Temos um líder carismático, que sabe que onde há vida de civis em perigo, não há espaço para heroísmos baratos e sem sentido. Mostrou-o recentemente na Cidade da Beira.

Nós somos uma família chamada Resistência Nacional Moçambicana, dirigida por Sua Excelência Afonso Macacho Marceta Dhlakama.

Aqui estamos prontos para o que der e vier em defesa do nosso povo.

Muito obrigada.

Maputo, 21 de Outubro de 2015.

Dra. Maria Ivone Soares

OPINIÃO

ALGEMARAM A PAZ E PEDEM RECONCILIAÇÃO.

Sabem a hipocrisia as palavras de Verónica Macamo, quando na sua qualidade de Presidente da Assembleia da República suplica encarecidamente que nos reconciliemos. É de bradar aos céus, pois ela é alta dirigente do partido que está inviabilizando a Paz chumbando as leis que asseguram a Democracia, e impedindo que os militares da RENAMO sejam integrados nas Forças Armadas da Defesa de Moçambique e na Polícia da República, para desempenharem

o seu papel de defensores da Pátria Moçambicana com a mestria e dedicação que cultivaram nas grandes academias a céu aberto onde o seu partido os formou e treinou para serem moçambicanos patriotas e militares de carreira de sorte a constituírem, juntamente com os seus colegas formados pela Frelimo sob a capa de Governo, o Exército Nacional Único preconizado pelos Acordos de Roma. A discriminação e exclusão da FRELIMO, que são

normalmente desempenhadas sob a capa de Governação, não se confinam aos militares que estão actualmente nas bases da RENAMO. Brevemente começaremos a ouvir notícias sobre a forma discriminatória como vão ser tratados os soldados, especialmente os combatentes da RENAMO que são aliciados e fingem estar se entregando nos quartéis, mas não é disso que falaremos agora. A discriminação a que são sujeitos os membros civis da RENAMO, *continua na pág 6*

que a todo o momento escutam das estruturas de base frelimistas que não terão acesso aos sete biliões enquanto não mudarem de partido, a rejeição ou o boicote de projectos económicos porque os seus mentores e executores são da RENAMO, a intolerância que leva a omissão de informações sobre direitos e deveres que cada um tem... até quando o Presidente da República sai do seu gabinete, fingindo que vai realizar uma das suas “abertas”. A FRELIMO as fecha impedindo que os membros da RENAMO estejam presentes nos comícios e possam também interagir com o Alto Visitante que se fez presente naquela reunião.

A FRELIMO, sabe muito bem o que é preciso fazer pela Paz e pela Reconciliação. Basta só ela mesma abandonar o seu espírito de inveja, discriminação exclusão e injustiças, para que a Paz comece a reinar. Não quer deixar que isso aconteça, porque sabe que desse modo se tornará impossível continuar a roubar votos. É para poderem continuar a roubar votos que não permitem que a comitiva do Líder da RENAMO possa percorrer livremente o país, e atacam de várias formas as sedes políticas da Perdiz, intimidando e aterrorizando os membros, molestando os proprietários que aluguem seus imóveis a este partido para que sejam constituídos escritórios nos bairros, distritos e localidades. Prendem pessoas porque se voluntariam a hastear suas bandeiras nos seus quintais, molestem quem veste a camiseta... são inúmeras as atrocidades que contra os membros da RENAMO são habitualmente praticadas para inviabilizar este Partido.

A discriminação partidária nem poupou sequer o Fundo da Paz anunciado pelo então Presidente da FRELIMO e da República de Moçambique, Armando Emílio Guebuza, quando assinava o acordo do fim das hostilidades que opunham os dois exércitos moçambicanos, ainda separados por vontade da FRELIMO que almeja ver reinstalado o mono partidarismo em Moçambique, desde Outubro de 2012.

Quando a FRELIMO aceitar que

podemos viver e trabalhar num clima de justiça e igualdade então teremos Paz, porque a guerra é provocada pelas injustiças governativas da Maçaroca que não quer, e tenta impedir a qualquer preço, a paridade de oportunidades e a não discriminação política para manter a sua falsa supremacia e então dominar politicamente o nosso país roubando voto, ponto de partida para depois roubar tudo.

Reconciliação significa para eles, os da FRELIMO, a aceitação pacífica das injustiças. Se eles poderem roubar ao Povo, massacrar o Povo, discriminar o Povo, sem que o Povo possa reagir de forma contundente, isso é reconciliação. Querem a rendição do escravo revoltado que usa as armas em busca dos seus próprios direitos.

A única coisa que a RENAMO, como representante deste povo que luta pelos seus direitos democráticos, pode fazer pela Paz, é ensinar aos membros da FRELIMO que devem acolher, e responder positivamente, ao apelo da sua camarada Verónica Macamo no sentido de se buscar a reconciliação nacional. De facto é verdade. Precisamos mesmo de nos reconciliar. O problema é que essa reconciliação não pode se limitar a palavras e discursos. Tem que se traduzir em leis justas e democráticas, em acções satisfatórias para os que reclamam seus direitos e oportunidades.

O mais precioso contributo que a FRELIMO poderia dar à Paz, seria retomar o debate da Proposta de Lei sobre as Autarquias provinciais, que foi chumbada pelo simples facto de ser apresentada pela RENAMO e para assegurar que as facilidades corruptas dos políticos alucinados da maçaroca sejam mantidas. Se um pequeno ou grande pedaço do País votou pela RENAMO, então o governo local dessa parcela nacional deve ser maioritariamente RENAMO. O mesmo também deve acontecer com a Frelimo e isto não deve nem pode servir de base para desautorizar o Governo Central. Tão-somente, permitirá que este, Governo Central, receba das bases relatórios honestos, realistas, prestáveis a que o Presidente da República e o Conselho de Ministros,

tomem decisões certas de acordo com as situações concretas de cada lugar, e o País possa de facto desenvolver. Isto mete medo aos correligionários políticos oportunistas e corruptos de Verónica Macamo, pois com o sistema democrático aprimorado ao ponto de o sentido de voto se reflectir no seio da governação a todos os níveis, a corrupção não poderá continuar a engordar folgadoamente. É por isso que as autarquias provinciais foram chumbadas. Recuem nessa decisão e atitude tão nocivas à Paz, pois de facto, precisamos de nos reconciliar.

A RENAMO tem capacidade de perdoar, mas também consegue exigir a justiça até às últimas consequências. Abandonem os abusos do poder e não precisarão de suplicar pela Paz porque ela grassará abundantemente pelo nosso Moçambique. Desistam de fazer apelos à Paz, quando praticam acções de Guerra. Governar, não é roubar, não é abusar, não é discriminar e não é matar. O Governante deve ser equidistante. Dar oportunidades pares a todos os seus governados, de modo que cada um possa usufruir da riqueza nacional e participar na construção dela, conforme vontade e capacidade próprias.

Os detentores do poder, não devem suplicar pela Paz e pela reconciliação, mas promovê-las e edificá-las, porque quando um dirigente assegura a cada moçambicano a possibilidade de construir a sua própria vida, esse dirigente edifica a Paz e a Reconciliação de Moçambique. Não peça, senhora Presidente, aquilo que a senhora mesmo deve ao Povo. Se não é capaz de fazer leis que assegurem a Paz e Reconciliação, então, excelência, ceda lugar a outro; pode ser da RENAMO que isso nem faz mal. O primeiro passo para haver Paz e reconciliação, é que a instituição que vossa excelência mui dignamente dirige, produza leis justas. O segundo passo, que o executivo também dirigido por membros do partido seu, as faça cumprir.

Depois disso, será chegada a vez de a RENAMO reconhecer, agradecer e cooperar.

Quando é que brindarão Moçambique com a Paz e reconciliação?